

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 4372, DE 2012 (Do Poder Executivo)

*Cria o Instituto Nacional de  
Supervisão e Avaliação da Educação  
Superior – INSAES*

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

***Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:***

*“Art. 2o São contribuintes da Taxa de Avaliação in loco e da Taxa de Supervisão da Educação Superior as instituições de educação superior privadas e públicas, assegurada a estas últimas a necessária previsão orçamentária.” (NR)*

### **Justificativa**

O texto do projeto é contraditório ao tempo em que pode criar uma medida discriminadora. Por que isentar as IES publicas da taxa de supervisão deixando a manutenção do Instituto a cargo da Iniciativa Particular? Não se justifica e parece que o mesmo texto dá a solução como mostra a emenda “*“Art. 2o São contribuintes da Taxa de Avaliação in loco e da Taxa de Supervisão da Educação Superior as instituições de educação superior privadas e públicas, assegurada a estas últimas a necessária previsão orçamentária.” (NR)*

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

**OSMAR SERRAGLIO**

**Deputado Federal – PMDB/PR**